

Publica-se nas quartas-feiras e sabbados. Subscryve-se nesta typographia.

POLITICOS E LITTERARIOS.

O preço da assignatura he de 2 \$ rs. por trimestre, pagos adiantados.

Rio de Janeiro, Typ. Imperial e constitucional de J. VILLENEUVE e Comp., rua d'Ouvidor N. 65.

INTERIOR.

REFLEXÕES SOBRE O CREDITO PUBLICO. — AMORTISAÇÃO.

(2.º Artigo.)

Si as dividas nenhuns males acarretassem à riqueza publica, seria um estranho desatino o procurar extingui-las. Amortisar é precisamente o contrario de pedir emprestado, e as vantagens da amortisação se explicam pelos inconvenientes dos empréstimos.

De duas sortes são os efeitos da amortisação: de um lado ella accumula as rendas do contribuinte, reduz a divida, conduz à diminuição futura dos impostos, desempenha os recursos do Estado, em uma palavra, repára os males causados pelo empréstimo, e liberta o futuro: d'outro lado, com o resgatar os fundos publicos, a amortisação tende a sustentar o valor das rendas, animando pela intervenção do comprador publico os particulares tímidos e desconfiados.

Alguns escriptores tem repetido, que visto ser a amortisação alimentada unicamente pelo imposto, mais nil seria à sociedade o renunciar a extinguir as dividas, deixando nas mãos dos contribuintes uma porção maior de suas rendas, afim de empregal-as nas empresas productivas. Mas, além de que numerosa parte dos contribuintes, em vez de augmentar as economias, dilatariam os seus consummos, aquelle systema tem igualmente o inconveniente de tornar perpetuos os impostos que requer o pagamento dos juros, quando um sacrificio temporario pôde d'elles livrar o paiz.

Quando a divida augmenta, os fundos da amortisação devem augmentar com ella. Nada ha tão razoavel, como o principio da amortisação proporcional. Mas qual deve ser a proporção? Pitt estabeleceu em Inglaterra a de 4 por cento do capital nominal do empréstimo. Esta proporção pecca evidentemente pela insufficiencia. Ella confia-se em demasia no momento presente, e não calcula as extraordinarias occorrencias do porvir.

É de uso applicar-se à amortisação os interesses das rendas que ella resgata, de tal maneira, que o fundo se engrossa pelo accumulo continuo dos juros, ou pela acção dos interesses compostos. Ao Doutor Price, famoso calculador politico, cujos escriptos inspiraram os planos de Pitt, pertence a honra de ter sido o primeiro que esclareceu os efeitos d'esta pratica salutar; mas elle não lhe comprehendio a verdadeira natureza. Tendo sempre diante dos olhos o seu *dec-réis* prodigioso, que posto a interesses compostos no principio da era christã, devia achar-se mudada pelo decurso dos annos em um globo de ouro 500 milhões de vezes mais

volumoso, que o Planeta que habitamos, o respeitavel Doutor afigurou-se, que o fundo da amortisação possuia uma propriedade de crescimento maravilhoso, e que dotado da potencia de producção, inchava-se por propria virtude intrinseca.

Dahi a especie de culto que votou à amortisação, e as fervorosas recommendações de não tocar-se nunca n'esta nova sorte de gallinha de ovos d'ouro. Outro Doutor, porém, mais perspicaz, levantou o véo, e descobriu o segredo. Desde a publicação do excellent livro de Sir Robert Hamilton, a ninguém foi mais permitido o ignorar, em que consiste este prodigio, que tanto e tanto deslumbrou a vista de Pitt. A amortisação nada produz por si mesma; em lugar de annullar as rendas resgatadas, e de diminuir proporcionalmente os impostos, o Estado, para extinguir mais promptamente as dividas, mantém os impostos estabelecidos, e augmenta a dotação da amortisação com a porção, que pelo resgate torna-se livre. Do imposto, e do imposto unicamente é que deriva a potencia de amortisar: ella outra origem não tem; a amortisação, que Price collocava fóra do systema geral de finanças, a elle se une pelos mais estreitos liames: e para que surta os seus efeitos, uma condição é de rigorosa necessidade; é mister que ella seja real, ou em outros termos, que provenha de um verdadeiro excedente das receitas sobre as despesas. Aos Estados acontece o mesmo que aos individuos, que não podem diminuir as dividas, senão tanto quanto as suas rendas ultrapassam os gastos.

Abrir empréstimos por um lado, e amortisar pelo outro, é operação completamente falsa e illusoria. Sempre que o Estado vê-se na precisão de recorrer ao credito, de necessidade suspensa fica a acção da amortisação, senão nas fórmulas, ao menos no facto, pela força das circumstancias. A posteridade difficilmente acreditará, que esta verdade tão simples, e hoje tão vulgar não fosse comprehendida pela alta intelligencia de Pitt.

As operações do *Sinking Fund*, à cuja primeira dotação em 1786 elle consagrou um milhão sterl., produziram um effeito magico sobre o espirito publico naturalmente exaltado pela ancia de ver diminuido o peso de uma divida, que já no fim da guerra contra a emancipação politica dos Estados Unidos (1783), elevava-se em capital à 233,733,000 liv. st., e em interesses à 8,176,336. Com aquelle primeiro fundo não se contentou Pitt, e no mesmo anno creou um segundo com o titulo de fundo consolidado, que junto ao primeiro devia operar pelas accumulações successivas dos dividendos das partes resgatadas. A total liquidação das dividas no espaço de 36 annos. No periodo da intervenção contra a França, o fundo amortizador tornou-se consideravel, chegando a subir à 17 milhões st. Entretanto a

divida nacional augmentava cada anno em progressão estupenda; aos empréstimos succediam os empréstimos, e nem diante d'elles recuava a confiança publica fascinada pelo prestigio da amortisação; e pela propaganda de uma seita de visionarios, que assoalhavam, que o capital ficticio creado pelos empréstimos era uma verdadeira opulencia, um vasto capital disponivel, uma parte das riquezas circulantes. Os Ministros de S. M. Britannica; que sempre pediam emprestado muito mais do que resgata-vam; nem por isso deixavam de vir alardear-se no Parlamento dos magnificos resultados da amortisação. O Estado, diziam elles com orgulho, chegou a consagrar ao seu desempenho uma somma annual igual à 80ª parte da divida. Estas declarações acolhia com applausos a maioria da casa dos Communs, parte d'ella por partilhar a illusão do momento, e parte pela convicção originada artificialmente ajuda dos meios de corrupção parlamentar aperfeiçoados por Walpole, e consolidados por Pitt. Mas por desgraça a cifra da divida não parava em crescer por effeito dos novos empréstimos, que alimentavam a amortisação, de tal sorte, que o Estado, dado que proprietario de uma maior porção de sua divida, todavia em ultimo resultado devia mais do que antes. Na conclusão da paz de Paris orçava a divida à somma enorme de 864,822,441 liv. st. Os successores de Pitt continuaram-lhe o systema, até que em fim, em 1828, a Commissão de Fazenda acabou com aquelle instrumento financeiro, condemnando os empréstimos com amortisação. Como constantemente superior à receita era a despesa, como cumpria encher o deficit com empréstimos, e que o descoberto compunha-se dos quatro quintos do fundo destinado à amortisação, dahi resultava o expediente absurdo de pagar dividas com novas dividas mais onerosas. Mas no ponto a que havia subido o passivo da nação, impossivel se tornava a illusão; e a casa dos Communs, em 11 de Julho do mesmo anno, confirmou a condemnação, declarando que para o futuro consistiria a amortisação no excedente das rendas sobre as despesas. Assim desvaneceu-se (diz Pebrer na sua *Historia Financeira do Imperio Britannico*) aquelle phantasma, esperança da geração passada, e o resultado dos votos de Pitt, assim quebrada foi essa machina espantosa, cuja alavanca impellida pela imaginação, e dirigida pelos desejos tão ardentes, e tão naturaes de um povo inteiro, devia operar a extincção da divida nacional.

Desde a fundação da caixa da Amortisação, a divida publica no Brasil, não ha cessado de progredir pelas novas rendas emitidas para acudir à extraordinarias despesas; mas a Administração por outro lado não tem discontinuedo ao mesmo tempo de amortisar. A fallar francamente, si perse-

vera o Brasil em deixar-se levar das tendências, que o empuxam para o systema do credito, não haverá methodo algum de liquidação, que possa preservar-o do abismo de uma divida enorme, e que seria tanto mais de deplorar, quanto é elle talvez o povo, que menos impostos paga, e a cuja posição por consequencia menos aggravaria o sacrificio de novas taxas para cobrir as occurrencias sobrelevantes, sem o fatal auxilio das dividas. A amortisação é o unico methodo razoavel de liquidação, quando os empréstimos são negociados com augmento de capital nominal, ou abaixo do par, mas, nós o repelimos, o excedente da receita sobre a despesa é condição *sine qua non* de successo.

O Governo do Brasil resgatando as apolices com uma mão, e emitindo novas com outra, não embica por ventura na ficção do systema de Pitt? A alliança das duas operações é repugnante, e contradictoria. Lembremo-nos que a decepção da amortisação Britannica no tempo daquelle celebre Ministro não dimanava de sua constituição primitiva e essencial, mas sim de dissimular os *deficit*, e de entreter o erro do publico, augmentando a divida de uma somma mais forte, que aquella, cujo embolço effectuava-se.

Dado que illusoria seja para a redução da divida a amortisação, que subsiste na ausencia de excedente, todavia cremos, que é de boa administração o manter sempre no systema financeiro, um fundo de amortisação, e eis aqui os motivos.

Quando tal instituição existe, e que foi consagrado pela legislação o principio do resgate proporcional, o Estado não pôde concluir empréstimos sem augmentar os impostos, para pagar-lhes o interesse, e elevar a potencia da amortisação na determinada proporção: a permanencia do fundo amortizador, conduz ao accrescimento dos impostos, que unico pôde fortificar o presente, e dar o futuro meios de desempenhar-se. Mas então, para descabir na ficção de amortisar com novas dividas, seja a Caixa da Amortisação o primeiro emprestador, até a concurrencia das sommas, de que dispõe. O que ha ahí mais simples? O Estado, necessitando de dinheiro, dirige-se directamente à amortisação, pede-lhe emprestado, com condição de pagar-lhe os interesses, e de ajuntar-lhe uma dotação proporcionada, o que quer dizer, salvas as formas de contabilidade, que o Estado não tendo verdadeiro excedente de receitas, applica ás suas despesas as rendas destinadas à extincção da divida, mas que para ressarcir a amortisação, eleva a cifra dos impostos. Este systema, cuja primeira ideia à Greafell pertence, e que obteve os suffragios de David Ricardo, e Robert Hamilton, nenhum justo motivo de queixa offerece aos publicos credores. Si de um lado o Estado suspende os resgates, d'outro lado diminue as emissões. O preço das apolices, como o preço de todas as cousas, é determinado pela proporção entre a demanda, e a quantidade offerecida; ora a emissão das rendas multiplica as vendas na mesma proporção, que a amortisação fortifica os resgates, as duas operações se contrapeçam como pesos iguaes, nos dois corpos de uma balança. De que vantagem é pois para os proprietarios das rendas, que o Estado à novas emissões re-

corra para resgatal-as? Notai além disso o quanto é falsa, e enganosa semelhante operação! Os capitães, que compram as rendas do Estado, e vão formar o fundo amortizador, teriam do mesmo modo, e sem a intervenção do Governo, comprado na praça as apolices, de que os credores se que-rem desfazer. O Governo, que simultaneamente resgata, e pede emprestado, não introduz na praça um novo comprador, elle faz-se corretor, e corretor inutil entre credores, que desoçam vender, e capitalistas, que querem comprar.

Sem duvida, melhor seria a posição dos capitalistas, si circumstancias mais favoraveis ao Governo permittissem uma amortisação real e verdadeira; mas deve-se disso accusar as extraordinarias precises, que causam o *deficit*, e não a suspensão do resgate. Mais de uma vez foi este systema provado em Inglaterra com successo pleno; no empréstimo de 24 milhões st., em 1815 o Ministerio decidio-se à pedir 12 milhões à amortisação. Mal foi esta resolução conhecida, que os fundos subiram, tanto é verdade, que a emissão das rendas pela maneira por que opera, e com o effeito moral que produz, tende talvez a desapreciar os fundos mais, do que o resgate a sustentá-los.

O 9º periodo do Projecto de resposta à Fala do Throno relativo ao Rio Grande, foi approvedo, e uma maioria de 47 votos adoptou o Projecto. Esta votação é cheia de extensas e importantes consequencias para os destinos da politica actual. A opposição conseguindo tornar-se maioria, ganhou um immenso terreno, mas ao mesmo tempo sobre ella pesa a responsabilidade de tudo quanto se fizer este anno no Brasil. É necessario então que a Camara se penetre da importancia da situação, e faça acceitar as consequencias praticas do passo que acaba de dar. No numero seguinte trataremos desta importante questão, questão capital, e que domina todas as outras.

Acha-se organizada uma companhia, cujo fim é o elevar e Theatro Constitucional Fluminense de S. Pedro, à altura das exigencias da nossa civilisação, enriquecendo-o com a presença dos melhores artistas estrangeiros, tanto na dansa, como nas operas. O capital reunido para este objecto orça à 30:000,000 de rs. A sociedade acaba de dirigir à Camara dos Deputados uma petição para a concessão de duas loterias annuaes. Nós cremos que a Camara dará a devida importancia à esta petição; quando tão bellas missões tem os Theatros em todas as nações cultas, não deve o Brasil pôr-se fóra da linha, negligenciando um tal objecto. Não só no Brasil, como nas nações as mais ricas, a grandeza das empresas de Theatro sobrepujam de muito as forças individuaes, e a maior parte dos Governos as

animam e mantem com largos subsidios. As Camaras Francezas votam annualmente 1,300:000 francos (403:000\$ de rs.), como subsidio aos primeiros cinco Theatros de Paris, além do local que lhes é gratuitamente concedido pelo Governo. Os Governos Italianos, Allemães, e Britannico coadjuvam igualmente as empresas d'este genero. Todos elles com razão consideram os Theatros, quando bem organisados, como um poderoso instrumento de civilisação, como um meio de moralidade, e instrucção popular, como uma carreira aberta diante o genio das artes, e em fim como um meio de prender mais energicamente os cidadãos à patria, pelos praseres que realçam a vida social, e douram a existencia.

Pede-se-nos a inserção do seguinte artigo.

DIPLOMACIA BRASILEIRA.

« A attenção publica continuamente occupada com os negocios internos, e com quantas anomalias apresenta o Governo, não se tem ainda dirigido sobre nossa representação nas côrtes estrangeiras, nem talvez notado o pouco caso que de nós se faz no exterior, em consequencia dos homens que ahí deviam dar uma ideia favoravel, não só do nosso estado de civilisação, como do Governo que os nomeia. Nós lastimamos profundamente, que apesar de tudo, o Governo não procure ao menos conceituar-se nas côrtes Europeas, e que para ahí mande homens (bem poucos exceptuando), que de certo não brilham pelo lado das luzes, e nem pelos usos e maneiras que distinguem os representantes dos povos civilizados. Parece que o nosso Governo leva à peito o confirmar no exterior o triste conceito que de nós faz a Europa. Agora que o Sr. Alves Branco sobe de novo ao Ministerio, seja-nos licito dizer, que foi elle, em quanto Ministro dos Negocios Estrangeiros, o que maior exemplo deo de ausencia de usos diplomaticos, e apresentou o bello ideal do patronato ministerial, despendendo os dinheiros do paiz na empresa sublime de envergonhar-nos. Foi triste o espectáculo que elle deo aos Diplomatas Estrangeiros nesta corte, mas deixando de parte o que já o publico sabe, e o que se passou entre nós, notamos que foi elle quem, a pretexto de economia, reduziu a Legação de Roma a um simples Encarregado de Negocios, destituindo assim do emprego um dos nossos mais illustres Representantes, e ao mesmo tempo creando, por illegitimos motivos, duas Legações na Italia de Ministros Residentes, com que longe de economisar, triplicou as despesas.

Por outro lado era contrario aos interesses, e dignidade nacional, a demissão de um habil empregado, e que por uma longa estada na Europa tinha adquirido relações, que não deixam de ter grande influencia no exito dos nossos negocios, para enviar homens, que como passaros de passagem, são logo demittidos apenas apresentados na corte de sua missão. Foi o Sr. Alves Branco quem nomeou n'um mesmo dia dous addidos para a legação de Paris, e segundo o grão de patronato, um com 1:000\$ de rs., outro com 1:200\$ rs., quando na mesma Legação outros existiam mais antigos com o ordenado de 600\$ rs. Observe-se mais, que taes nomeações de addidos eram contrarias ao regulamento das Legações, que marcam o numero dos empregados. O despeso em que está a nossa Legação em Paris é tal, que nem se concedem as audiencias pedidas pelo nosso Ministro Plenipotenciario, nem ao menos se lhe responde. E em 1836 tratando-se da lei das Alfandegas, quando se apresentava o ensejo favoravel de obtermos alguma redução das tarifas que pesam sobre os nossos productos, nenhuma resposta se deu ás reclamações da Legação, nem ao menos para mostrar a impossibilidade da redução, ao mesmo passo que a Inglaterra foi considerada, e alcançou uma redução nos ferros, e no carvão de pedra. Assim, pelo nenhum conceito do nosso Ministro, se não attendem as nossas justas reclamações. Mas como se attenderá em taes circumstancias, si em casos de simples cliqueta não é attendido? Ultimamente partindo o nosso Plenipotenciario com licença para a Italia, e devendo apresentar ao Rei, e ao Conde de Molé, o Secretario que devia ficar servindo de encarregado de Negocios, pedindo elle répetidas vezes uma audiência para esse fim, não lhe foi concedida, e vio-se forçado á retirar-se sem ao menos o Secretario ter sido apresentado ao Ministro das Relações exteriores. E o que denota semelhante proceder de uma corte grave como a de Paris para com o nosso Plenipotenciario? Não é a França que falta as regras de delicadeza tratando assim o nosso Plenipotenciario; é o nosso Governo que por acintes ás faculdades da intelligencia e pouco cuidadoso de sua propria dignidade nomeia, e conserva um Enviado que á face do mundo civilizado vai receber o premio da sua incapacidade. Não é o nosso desejo desacreditar individuo algum, apontando taes factos. Queremos crer que o Governo os ignora, mas compete a todo o cidadão fazer estas e outras observações, afim que a nova Administração repare os funestos resultados

de tão extraordinarias nomeações; si o actual Ministerio deseja merecer alguma estima publica cumpre não rodear-se de homens que o degradem. Os homens não são só representantes de ideas publicas, elles representam tambem a moral a virtude, e os talentos da Nação: e na escolha dos Empregados na Diplomacia muito se deve ter em vista estas qualidades. Esperamos que o Sr. Montezuma, mais informado que os passados Ministros, dos usos das cortes estrangeiras, organise um Corpo Diplomatico que nos honre. Actualmente existem na Europa alguns Empregados dotados de boas qualidades, e em quem o Governo póde confiar, mas esses mesmos devem corar de pejo quando se vêem ao lado de outros que atrahem os despresos e o pouco caso, não só das cortes estrangeiras como de todos com quem tratam.

BIBLIOGRAPHIA.

VIAGEM PITTORESCA E HISTORICA AO BRASIL, RESIDENCIA DE UM ARTISTA FRANCEZ NO BRASIL, DESDE 1816 ATÉ 1831, POR J. B. DEBRET.

O Brasil, apenas conhecido na Europa culta como um vasto e maravilhoso deserto habitado por selvagens antropophagos, começa em fim a merecer a attenção, que justamente reclama sua cathogoria social. Desde o começo deste seculo grandes e uteis revoluções tem elle experimentado, de que lhe resultou notaveis desenvolvimento physicos e intellectuaes. Os ricos productos da natureza e da industria, que affluem a todos os mercados da Europa, dão uma alta ideia de sua fertilidade. Os viajantes de todos os pontos do globo, que ali vão extender os dominios das sciencias naturaes, de volta á sua patria, exaltam em seus escriptos a magnificencia de suas florestas, a espontanea força productiva de seu solo, a magestade de seus rios, e a grandeza de suas montanhas.

O mundo instruido conhece as obras de Koster, de Rodrigues Ferreira, de Langsdorff, de Alves de Casal, de Nesvied, de Beauchamp, de Spix et Martius, de Walsh, de M. Auguste de Saint-Hilaire, e as bellas pinturas de Rugendas, sem fallar de outras de anteriores datas. Modernamente outras se imprimiram, algumas das quaes talvez feitas por especulação, onde rara transluz a verdade, ora ataviada com os adornos da poesia, ora menospresada pelo desejo de originalidade. Citaremos das mais modernas como digna de louvor, a interessante historia de Southey, talvez a mais completa his-

toría que possuímos. Mas existia uma lacuna, e esta foi preenchida por M. Debret. Os objectos concernentes ás artes acham-se sabiamente tratados na Viagem Pittoresca ao Brasil, desde o deserto virgem até a cidade, desde a cabana do Indio até a mais bella Igreja da capital, desde os costumes do habitante dos bosques até as festas da corte; e os quadros fielmente desenhados ao lado de verdadeiras descripções dão á esta obra a maior importancia.

Esta grande obra, onde o philosopho, o naturalista, o politico, o pintor, o cosmographo deparam com que saciar sua avidez, é o resultado de 16 annos de estada no Brasil, e o fructo de serios e continuos estudos. Era já M. Debret conhecido em França por seus quadros historicos, que gravados correm o mundo, e lhe acarearam renome, e alguns premios nas publicas exposições, quando o desejo de visitar as florestas do Novo-Mundo o obrigou a associar-se á colonia de artistas, que, a pedido do Governo Portuguez, o Marquez de Marialva contrahava em França, para ir estabelecer-se, e fundar uma Academia de bellas artes no Rio de Janeiro, então séde da Monarchia.

Chegado ao Brasil M. Debret, observador instruido, pintor incansavel e philosopho, sentio que para seu genio uma nova epocha começava. E desde logo começou a pesquisar os factos, e ajuntar os elementos para a obra que concebêra. Só dez annos depois de ter abordado aquellas praias, abriu-se a Academia das Bellas Artes, em 1826. Ahí M. Debret, como professor de pintura historica, fez grandes serviços á Nação, empenhando todos os seus esforços, para espalhar o gosto das artes, e deixar discipulos dignos d'elle. Não foram baldados seus desvellos; de suas lições se aproveitaram mesmo aquelles, que no paiz passavam por mestres; e em despeito de todos os embarracos do Director, e dos maos estatutos da Academia, sua aula era frequentada por estudiosa mocidade amiga das artes; de sua escola sahiram quantos entre nós se avantajam na pintura. A estes relevantes serviços em pró da civilisação do Brasil, M. Debret, já no seio de sua patria, continua a consagrar os restos de seus dias para dar um testemunho eterno do quanto fôra cara á sua alma sua morada no Rio de Janeiro.

A viagem pittoresca e historica ao Brasil é de um vasto plano, contendo tres partes, cada uma é o objecto de um volume em folio. O primeiro é todo consagrado aos Indios, e a tudo que lhes é concernente; o es-tilo é notavel pela concisão e laconismo, as estampas pela verdade da natureza. A con-

formação do crâneo, a configuração do rosto, a elevação dos angulos externos dos olhos, o livre desenvolvimento das extremidades, foram perfeitamente concebidos pelo pintor naturalista. E à vista destas lithographias pôde o zoologista fazer uma perfeita ideia do que é um selvagem dos bosques do Brasil. Ao passo que o selvagem se vai civilizando, o pintor o vai seguindo até o estado de rico proprietário, ou de soldado. Todas as armas de guerra, e instrumentos bellicos foram fielmente copiados dos naturaes, que se acham no Museo do Rio de Janeiro, assim como mantos de pennas, cocares, capacetes, e mais adornos dos selvagens. Contém o 2º vol. os costumes e usos do povo, alguns dos quaes com o progresso da civilização vão desaparecendo. O 3º vol. não tendo ainda sahido à luz, só podemos dizer que tratará das festas religiosas, fastos nacionaes, vistas, biographia, e retratos de alguns homens celebres, esperando sua aparição, para darmos ao publico uma noticia de sua materia.

M.

ELEMENTOS DE LOGICA ESCRITOS EM VELGAR, E APROPRIADOS PARA AS ESCOLAS BRASILEIRAS, POR JOSÉ SATURNINO DA COSTA PEREIRA, SENADOR DO IMPERIO.

A falta geral de compendios, para o uso das Escolas do Brasil, é reconhecida por todos os directores da nossa mocidade, e pelos amigos da instrucção publica. Em uma epocha, em que a civilização marcha a passos de gigante e as sciencias se enriquecem de tantos descobrimentos uteis, de experiencias, e novas observações, que alargam os seus dominios, é uma necessidade capital, a reforma dos compendios, que não estão em relação com os progressos da sciencia. Com dôr vemos, que em quasi todas as nossas Escolas é genuense o auctor em voga, e por elle com poucas modificações, ainda na capital do Imperio se ensina philosophia. Todos os trabalhos da Escola Escocesa, a critica da Escola Allemã, e as observações judiciosas dos eclecticos Francezes, são perdidos para nós; e em quanto as boas obras das sciencias sociaes, acham interpretes nas nossas Escolas de Direito, e os novos systemas e experiencias medicas, são conhecidos pelos nossos bons professores, a philosophia acha-se atrasada de um seculo, e nem se lhe dá aquelle apreço, que tão justamente deve merecer a sciencia das sciencias. Creemos que o illustre auctor dos *Elementos de Logica* conhece esta falta; mas seja-nos permitido dizer, que a não satisfaz. E qual é o fim deste tratadinho de logica do Sr. José Saturnino? Corrigir os

graves erros dos velhos compendios, ou dar melhor fórma ás doutrinas antigas? Si taes foram os bons desejos do illustre auctor, certo, que elles foram estereis para a sciencia, e sem proveito algum para a mocidade. Nem sciencia; nem a fórma, nem o methodo se encontram neste opusculo, e ao nosso ver, nada é mais do que uma collecção de definições, algumas das quaes, falsas ou contestaveis, sem ordem e fim scientifico; é um compendio de logica, com ausencia completa de toda a logica. O auctor expendeo suas ideias, em capitulos numerados em fórma de proposições, excluindo explicações e amplificações; devia começar definindo o que hia tratar, e esta primeira omissão se observa na primeira pagina. Além disto, o contido neste primeiro artigo revela o completo sensualismo, não o de Locke, nem mesmo o de Condillac, mais o de Holbach. Dizer que a nossa alma é o principio vital, em virtude do qual o homem sente as moções, que soffre o seu corpo; - a existencia dos objectos externos, e os compara uns aos outros, é reduzir tudo à vitalidade, tudo à sensação, tudo aos objectos externos, tudo à materia: é pregar o materialismo sem reboço, sem cautella alguma. Nem aqui pára o auctor, todos os mais artigos são deduzidos do primeiro: e sobre as ideias adventicias, que elle define e classifica como os antigos compendios, baseia sua doutrina; e no artigo 18 define a verdade coincidência da ideia com o seu objecto; e confundindo a verdade logica, com a metaphysica, diz que esta resulta da comparação de muitas ideias abstractas. Como não pretendemos no curto espaço deste annuncio, expôr as verdadeiras regras da boa logica, nem fazer a completa refutação da doutrina do Illustre Auctor, não o podemos seguir passo a passo, em todas as suas proposições, limitar-nos-emos em dizer, que começar um Tratado de Logica, pela relação e conformidade das ideias com seus objectos, sem primeiro reconhecer o caracter das ideias em si mesmo, nem o modo por que ellas fazem o seu apparecimento na intelligencia humana, é começar pelo fim, é marchar sem guia, e sem methodo, e esta falta se torna tanto mais notavel e contraria aos progressos da sciencia, quanto o auctor adoptando uma falsa vereda, depara em uma doutrina geralmente reprovada e contraria ás luzes do seculo. Ora, não é indifferente, que a mocidade se inicie na sciencia moral e philosophica, por estes, ou aquelles principios. As sciencias fazem continuos progressos, e os compendios elementares, além da clareza e precisão, de-

vem estar sempre ao nível destes progressos. Uma falsa doutrina, é peor que a propria ignorancia, e a mocidade mal dirigida, é sempre vaidosa do que sabe, ou cuida saber, e quer tudo reduzir a seus principios. E que funestas consequencias para a sciencia e para a vida pratica não resulta de uma primeira educação não bebida na verdadeira fonte da sciencia? Nós teriamos deixado passar em silencio este opusculo, si o nome do auctor, sua posição social não lhe desse algum peso. E mais que tudo, si não vissemos que sendo elle dedicado ás Escolas Brasileiras, poderia ser aceito. O despreso, e a quasi geral indifferença, que existe entre nós por todas as cousas desanimam os bons espiritos e fazem com que nada appareça em favor da nossa mocidade, em quem se depositam as nossas esperanças, e por isso aquelles que entre nós se distinguem pelos seus talentos, faltos de bons principios, quando chegam a epocha do seu inteiro desenvolvimento, e de reflexão, tratam de esquecer o que na infancia aprenderam, ou então se deixam arrastar pela influencia do habito, até ás consequencias as mais oppositas aos bons principios. Nas idades avançadas é dado ao homem abraçar este ou aquelle systema, esta ou aquella doutrina, mas ao Governo, e aos órgãos da opinião publica, cumpre velar sobre a direcção da juventude, que de nenhum modo deve ser victima dos antigos erros; nem das crenças, ou desacertos de mãos directores de sua fraca intelligencia.

M.

POST-SCRIPTUM.

Rio Grande, 10 de Maio.

As paixões ainda em vasto campo vão colhendo ampla ceifa de victimas: a razão e a justiça parecem ter abandonado esta Provincia; o céo em colera ainda nos castiga e ameaça: a ley já não existe. Eu, curvado á dôr, e sempre sensível ao mal dos outros, lastimo a desditosa sorte da minha patria. Alimentando, porém, a esperança de que se não pouparão esforços para ver desoppressa a innocencia, serve-me isso de consolo: Quem tal diria que a Provincia do Rio Grande, desassombrando-se da anarchia, ver-se-hia de novo a braços com ella? e de que modo? de um modo que não deixa descortinar quem são os defensores da legalidade. Ah! devem forçosamente ter chegado noticias desencontradas, porque, fallando as paixões em ambos os partidos, não pôde de certo apparecer a verdade.

Bento Manoel, esperanças nossas, deslison-se do acerto, e abriu uma brecha na ley, apoderando-se da pessoa de Antero. Eu ainda me não convengo de que elle esteja ligado aos rebeldes: deo um passo criminoso, e o tempo ha de ser imparcial juiz para julgar se isso foi um mal necessario. Se a conducta delle mostrar que o *salus populi* moveo a isso, terá a mesma egide o seu imitador Silva Tavares, que tambem vulnerou a ley deportando ao Vice Presidente Dr. Cunha.

Qual será pois o meio mais plausivel de acobertar estes desvios? — Huma amnistia empregada em tempo conveniente, e executada por um habil Presidente que, secundado de alguma força, possa restabelecer a confiança, tão vilmente illudida na marcha azerba e vingativa de influencias que, calcando aos pés principios e deveres, só buscam derribar o edificio para saziar paixões.

(Carta particular.)

(Jornal do Commercio.)

Rio de Jan. — Typ. de J. Villeneuve e Comp. — 1857.